

Uso turístico no Parque Estadual da Costa do Sol (RJ): uma leitura sobre desafios e potencialidades

Tourist use in the Costa do Sol State Park (RJ, Brazil): a reading on challenges and potentialities

Yasmin Xavier Guimarães Nasri, Marta de Azevedo Irving,
Elizabeth de Oliveira, Guilherme Borges da Costa

RESUMO: A instituição de áreas protegidas representa uma das principais estratégias globais para a conservação da biodiversidade, o equilíbrio climático e a prevenção de futuras crises sanitárias e ecológicas. Nesse contexto, os parques têm relevância central, sobretudo no Brasil, país de dimensões continentais e líder em megadiversidade biológica. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, principal dispositivo legal no país com esse objetivo, a gestão dessas áreas visa, além da própria proteção da natureza, o desenvolvimento de pesquisas e a realização de atividades de turismo ecológico e de educação ambiental. Tendo esses antecedentes como ponto de partida, o objetivo deste artigo é interpretar, criticamente, os desafios relacionados ao uso turístico no Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), situado na zona costeira do Estado do Rio de Janeiro. Para tal, a pesquisa qualitativa foi baseada em levantamento bibliográfico e documental, mas também, em observação direta durante as reuniões do Conselho Consultivo e da Câmara Temática de Uso Público do PECS. No período de junho de 2016 a março de 2020, a pesquisa em campo possibilitou a identificação de quinze temas recorrentes com relação ao uso turístico no parque, sistematizados em quatro eixos analíticos associados à complexidade da configuração territorial, ao contexto econômico regional, às dinâmicas sociais e culturais do entorno e, à própria condição de infraestrutura disponível nessa área protegida. A partir dos resultados obtidos é possível afirmar que, embora haja inúmeras potencialidades para tal, o uso turístico no PECS ocorre ainda de maneira desordenada e conflitiva, sendo esse um tema secundário no plano das prioridades de planejamento e gestão da área protegida.

PALAVRAS CHAVE: Turismo; Unidade de Conservação; Planejamento Territorial; Parque Estadual da Costa do Sol.

ABSTRACT: The institution of protected areas represents one of the main global strategies for the conservation of biodiversity, the climatic balance and the prevention of future health and ecological crises. In this context, parks are of central importance, especially in Brazil, a country of continental dimensions and a leader in biological megadiversity. According to the National System of Nature Conservation Units, the main legal provision, the management of these areas aims, in addition to protecting nature itself, the development of research, the carrying out of ecological tourism and environmental education activities. With this background as a starting point, the objective of this article is to critically interpret the challenges related to tourist use in the Costa do Sol State Park (PECS), located in the coastal area of the State of Rio de Janeiro. To this end, the qualitative research was based not only on a bibliographic and documentary survey, but also on direct observation during the meetings of the Consultative Council and the Thematic Chamber for Public Use of PECS. In the period from June 2016 to March 2020, field research enabled the identification of fifteen recurring themes in relation to tourist use in the park, systematized in four analytical axes associated with the complexity of the territorial configuration, the regional economic context, the social and cultural dynamics of the surrounding area and the conditions of the infrastructure available in that protected area. Based on the results obtained, it is possible to state that, although there are countless potentialities for this, tourist use in the PECS still occurs in a disordered and conflicting manner, which is a secondary theme in terms of planning and management priorities of the protected area.

KEYWORDS: Tourism; Conservation Units; Territorial Planning; Costa do Sol State Park.

Introdução

Nas últimas décadas, inúmeras e profundas transformações nos planos social, econômico, ambiental, político e ético vêm caracterizando a dinâmica contemporânea, conforme apontado por Morin e Kern (2003) e Leff (2006). As crises resultantes desse processo, por sua vez, têm ilustrado o progressivo desgaste de um modelo de produção e consumo orientado pelo uso indiscriminado dos recursos naturais para atender às demandas de projetos capitalistas, neoextrativistas e de cunho desenvolvimentista (PORTO-GONÇALVES, 1999; ACOSTA, 2016).

Nessa dinâmica, de acordo com Gudynas (2019), a crise decorrente da acelerada degradação ambiental se traduz por meio de um sentido de desvalorização da diversidade sociocultural, étnica e dos próprios modos tradicionais de organização comunitária, em decorrência de um processo histórico de cisão entre sociedade e natureza. Essa ruptura, ampliada, sobretudo, após a Revolução Industrial, está no cerne desse cenário, agravado, pela percepção equivocada de não pertencimento do ser humano à natureza que caracteriza, em grande medida, o contexto contemporâneo (KRENAK, 2019; SCARANO, 2019).

A cisão entre sociedade e natureza que caracteriza a modernidade, fundamentada na falsa leitura de dominação do ser humano sobre a natureza, vem sendo problematizada por muitos pensadores contemporâneos (MORIN, 2005; MOSCOVICI, 2007; SANTOS; MENESSES, 2010) como uma questão emergencial a ser enfrentada, na atualidade. Isso porque, as consequências globais decorrentes desse processo, tornam-se

cada vez mais evidentes, como exemplificado, pedagogicamente, pelos riscos à própria saúde pública, no contexto da pandemia da Covid-19¹. Nesse sentido, cada vez mais, as crises sanitárias vêm sendo associadas à crise ecológica ou, ainda, ao agravamento da dinâmica climática, conforme alertado por Santos (2020) e Latour (2020). Dentre as principais preocupações e incertezas que emergem desse contexto, a perda de biodiversidade² tem representado um real dilema, principalmente, no âmbito dos países em desenvolvimento, biologicamente megadiversos e responsáveis por prover grande parte dos serviços ecossistêmicos³ mundiais, como é o caso do Brasil (IRVING *et al.*, 2013).

Nesse cenário paradoxal e controverso, as áreas protegidas⁴ constituem uma das estratégias mais amplamente difundidas, internacionalmente, com o objetivo de minimização das diversas pressões exercidas sobre os ambientes naturais em condição de vulnerabilidade (MEDEIROS, 2006; IRVING, 2014), mas com elevada diversidade biológica, como é o caso de inúmeros ecossistemas costeiros (TISCHER; POLETTE, 2016). Por essa razão, e no sentido de enfrentamento dos problemas e riscos que tendem a afetar a integridade dos ecossistemas tropicais do país, foi instituído, em 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (BRASIL, 2000; 2002), com o intuito de orientar as estratégias de conservação da biodiversidade em território nacional (PRATES; IRVING, 2015).

No âmbito desse arcabouço legal foram regulamentadas doze categorias de manejo de unidades de conservação (UC)⁵, dentre as quais, os denominados “parques”. Essas áreas protegidas, especificamente, vêm adquirindo cada vez mais relevância nos debates acadêmicos em curso, no campo do Turismo, uma vez que têm como objetivos, além da proteção da diversidade biológica, o uso público para pesquisas e, também, para atividades recreativas, educacionais e de interpretação ambiental.

Com relação especificamente ao uso público nessas unidades de conservação, o turismo vem sendo entendido como uma alternativa fundamental para o desenvolvimento de estratégias de gestão, lúdicas e pedagógicas (PIMENTEL, 2015), que venham a ter como consequência, um sentido de reaproximação da sociedade com a própria natureza, além de contribuir para a reflexão crítica sobre essa questão, em sentido mais amplo (VALLEJO, 2015).

Tendo esses pressupostos como pontos de partida e, considerando a importância dos parques e outras áreas protegidas no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) (ONU, 1992), o objetivo deste artigo é interpretar, criticamente, os desafios relacionados ao uso turístico no Parque Estadual da Costa do Sol (PECS). A escolha desse parque para a pesquisa se justifica por sua importância turística no Estado do Rio de Janeiro, conforme pesquisa realizada em 2017, que o apontou como o parque mais visitado sob a gestão do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), órgão ambiental responsável pela gestão das unidades de conservação estaduais (RIO DE JANEIRO, 2018). Além disso, essa área protegida é emblemática para o desenvolvimento regional, por se situar na Região Turística da Costa do Sol, uma das mais visitadas na zona costeira

fluminense, de acordo com La Rovere, Irving e Lima (2015), e segundo dados obtidos pelo Observatório Fluminense de Turismo (2020).

Com base no objetivo formulado, este artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução. A primeira seção apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa. A segunda objetiva um breve balizamento teórico acerca dos significados relacionados ao uso turístico em parques. A terceira seção introduz um breve panorama sobre as tensões que envolvem a criação e gestão do Parque Estadual da Costa do Sol. Na quarta seção são analisados e discutidos os principais desafios e potencialidades relacionados ao uso turístico no PECS. As considerações finais sintetizam as reflexões decorrentes dessa imersão acadêmica, buscando delinear algumas recomendações que possam inspirar futuras investigações sobre o tema em foco.

Procedimentos Metodológicos

Para se alcançar o objetivo proposto, o percurso metodológico adotado envolveu as seguintes etapas nessa pesquisa de cunho qualitativo:

(1) Levantamento bibliográfico sobre as nuances e significados atribuídos à relação entre sociedade e natureza, na contemporaneidade, e sobre o uso turístico em parques. Desse modo, foram pesquisados artigos de referência nas bases de dados *Annual Reviews*, *Scopus* (Elsevier) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Para sistematização e análise das informações obtidas foi utilizado o software alemão de gerenciamento e análise de dados qualitativos, *ATLAS.ti*.

(2) Análise documental referente à gestão do território do Parque Estadual da Costa do Sol. Com esse intuito, foram levantados documentos da gestão pública envolvendo diretrizes normativas relacionadas ao planejamento territorial do caso estudado (YIN, 2015), como o Plano de Manejo e o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

(3) Observação direta durante as reuniões do Conselho Consultivo e da Câmara Temática de Uso Público do PECS, no período de junho de 2016 a março de 2020, com registros em caderno de campo. Essa etapa empírica permitiu a obtenção de informações complementares sobre o tema em foco, a partir da própria dinâmica da gestão da UC.

(4) Interpretação dos dados obtidos, por meio de uma adaptação da técnica da Análise de Conteúdo, cujo método permite a ordenação temática dos eixos observados em categorias de análise (BARDIN, 2016). A técnica adotada subsidiou a identificação de quinze temas recorrentes e críticos, nesse contexto. Esses foram agrupados em quatro eixos analíticos, quais sejam: a) Complexidade da Configuração Territorial da Área Protegida; b) Contexto econômico Regional; c) Dinâmicas Sociais e Culturais na Área de Inserção do PECS; e d) Condições de Planejamento do Turismo e da Infraestrutura de Visitação no PECS. É relevante ressaltar, nesse caso, que os temas foram definidos *a posteriori* e analisados com base na leitura aprofundada do material obtido na pesquisa de campo.

Uso turístico em parques: para ressignificar a relação entre sociedade e natureza

Conforme reiteradamente discutido na literatura especializada, o desenvolvimento do turismo em associação às áreas naturais protegidas vem se tornando, cada vez mais, uma tendência crescente em perspectiva global (BOTELHO *et al.*, 2015), inspirado pelos imaginários de uma sociedade urbanizada e industrializada que vivencia, em seu cotidiano, as consequências decorrentes da crise civilizatória (MORIN; KERN, 2003). Esse contexto, por sua vez, tende a inspirar a busca, no tempo livre, por atividades ao ar livre que possibilitem a sensação de bem-estar e a religação com a própria natureza (VALLEJO, 2015; PIMENTEL, 2015).

Assim, como já discutido por Irving (2018), as áreas protegidas vêm se caracterizando como territórios simbólicos para a construção do próprio sentido de pertencimento do ser humano à natureza. E, os parques, em particular, se destacam nesse sentido, por representarem, por pressuposto, paisagens naturais de relevante beleza cênica, em conjunto com diversos atrativos naturais, como cachoeiras, rios e lagos, o que faz com que esses venham sendo, progressivamente, reconhecidos no plano da gestão pública, como destinos turístico-recreativos prioritários (VALLEJO, 2013).

No plano conceitual, o uso público pode ser interpretado como um conjunto de atividades realizadas durante o processo de visitação em unidades de conservação dessa categoria de manejo, desenvolvidas em articulação com as ações de proteção da natureza (TACÓN; FIRMANI, 2004). Pode ser entendido, também, como uma via possível para a reaproximação da sociedade com a própria gestão das áreas protegidas. Isso porque, historicamente, o modelo de gestão centralizado que caracteriza a dinâmica de muitos países da América Latina, tem gerado o distanciamento dos atores locais do processo, com prejuízos evidentes às estratégias de conservação da biodiversidade regional que, em muitos casos, não se articula com as diferentes realidades do entorno (MELO, 2007; DIEGUES, 2008; IRVING, 2014; COSTA, 2015; VALLEJO, 2015; VAN TILBEURGH; COSTA, 2016).

Esse debate ganha contornos ainda mais evidentes no contexto do Brasil, um país com elevada diversidade paisagística e biodiversidade. Assim, o uso público no caso dos parques pode inspirar, por pressuposto, o desenvolvimento de diversificadas atividades ligadas ao lazer, à recreação e ao turismo ecológico (BRASIL, 2000; 2002).

Nesse caso, o uso turístico em parques poderia representar uma via potencial para o diálogo da sociedade com a gestão pública e, por consequência, para a sua reconexão com a própria natureza nessas áreas. Para tal, seria necessário que se despertasse o interesse da sociedade sobre o significado da natureza preservada, principalmente, no caso daqueles grupos sociais que se localizam no entorno dos parques e de outras UCs e que têm o seu cotidiano transformado pelas normas de restrição de uso do território (MAGRO, 1999). Mas seria também essencial que se considerasse, nesse debate, o envolvimento dos próprios turistas e visitantes, no processo, uma vez que, conforme discutido por Irving (2010), esses constroem sonhos, imaginários e têm expectativas acerca das

experiências que irão vivenciar nos parques. E, sendo assim, em geral, estão receptivos ao reconhecimento dos valores associados ao patrimônio natural e cultural local.

Por todas as razões anteriormente discutidas, tanto a população do entorno de parques como os próprios visitantes e/ou turistas têm sido, cada vez mais, considerados como aliados potenciais no processo de gestão de unidades de conservação e, na concepção e implementação de estratégias para a proteção da biodiversidade (MELO, 2007). Assim, na visão de alguns autores, o turismo em parques vem sendo interpretado como uma alternativa prioritária para o uso público, no sentido de encorajar novos comportamentos da sociedade com relação à proteção da natureza (PINHEIRO; SOARES; AZEVEDO, 2010; VALLEJO, 2013; IRVING, 2018; OLIVEIRA *et al.*, 2018; RAIMUNDO, 2019).

Isso porque, não se pode desconsiderar que, de acordo com Mendonça (2017), as atividades recreativas em parques, podem inspirar um exercício de experimentação sensorial na interação com o meio e, também, com os demais visitantes na área protegida. O fomento a iniciativas capazes de integrar as atividades turísticas às práticas de sensibilização ambiental tende a representar, nesse caso, um passo importante em direção à mobilização de diversos grupos sociais para a proteção dessas áreas. Esses, por sua vez, podem desempenhar o papel de agentes de transformação, em seus próprios cotidianos ou nos lugares de convívio (CHAGAS, 2005; CAMARGO; COELHO, 2021).

Assim, pela perspectiva teórica adotada e discutida nesse artigo, o uso turístico em parques é interpretado como um processo de vivências e experimentações *in loco*, que pode ser conduzido no sentido de estimular a produção de novas subjetividades em relação à própria natureza, como já debatido por Irving (2018). Desse modo, as sensações despertadas pela observação e pela experiência vivencial na relação com o patrimônio natural preservado podem contribuir para o resgate do sentido de bem-estar e, de forma pedagógica, para a produção de memórias afetivas positivadas com relação ao lugar visitado, nesse caso, a área protegida.

Tendo esses antecedentes como inspiração e, visando ilustrar empiricamente o debate teórico proposto, se buscou investigar, preliminarmente, como estão expressos alguns dos principais desafios relacionados ao uso turístico em parques no Brasil e, particularmente, como essa dinâmica se traduz no caso do litoral fluminense. Em busca de caminhos que possam aprofundar a reflexão sobre o problema pesquisado, o Parque Estadual da Costa do Sol foi selecionado como foco para a pesquisa e será contextualizado a seguir.

Contexto de criação e dinâmica de gestão do Parque Estadual da Costa do Sol (PECS)

Sob a responsabilidade administrativa do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), órgão de competência ambiental no Estado do Rio de Janeiro, o Parque Estadual da Costa do Sol (PECS) foi criado em 18 de abril de 2011, pelo Decreto Nº 42.929. A sua área de inserção compreende,

parcialmente, os territórios dos municípios de Araruama, Saquarema, São Pedro da Aldeia, além de Cabo Frio, Armação dos Búzios e Arraial do Cabo.

Todos esses municípios integram a Região Turística da Costa do Sol⁶, uma das principais do Estado, em termos de fluxos turísticos na zona costeira, usualmente associada ao denominado segmento de “Sol e Praia”, conforme descrito no Programa de Regionalização do Turismo⁷, implantado pelo Ministério do Turismo, como estratégia de fomento e gestão do setor no Brasil.

Inspirada no sistema canadense de áreas protegidas, a gestão do PECS expressa um caráter inovador no contexto da Região Turística da Costa do Sol, por sua configuração multisectorial que divide os 9.790 hectares desta UC em 43 fragmentos territoriais, nos seis municípios mencionados anteriormente (RIO DE JANEIRO, 2019). Para a implementação desse complexo modelo de gestão, foram criados, quatro núcleos estratégicos⁸ para a conservação da biodiversidade. Esses, por sua vez, buscam integrar os fragmentos de vegetação com características semelhantes, na dinâmica de planejamento local (RIO DE JANEIRO, 2011). A configuração espacial do PECS está sistematizada na Figura 1, a seguir.



Figura 1: Mapa do Parque Estadual da Costa do Sol.

Figure 1: Map of Costa do Sol State Park.

Fonte: Rio de Janeiro (2019).

Source: Rio de Janeiro (2019).

Uma questão peculiar, na dinâmica de gestão do PECS, é a sobreposição de UCs de diversas categorias de manejo em seus limites, sendo algumas dessas de uso sustentável⁹, como as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), administradas por distintas instituições das esferas municipal, estadual e federal, o que torna o processo ainda mais complexo. Além da sobreposição espacial de UCs que representa uma questão central para a gestão, em termos de conflitos potenciais, muitas são também as contradições normativas, com relação às restrições de uso e ocupação do território. Há também falta de clareza sobre que tipos de ações de manejo são permitidos no contexto de cada área protegida.

Por representar uma UC de proteção integral, o PECS deve ser gerido em conformidade com as diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (BRASIL, 2000; 2002) que preveem apenas o uso indireto da natureza. Todavia, como essa unidade de conservação se insere na zona costeira fluminense, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC (BRASIL, 1988) constitui, também, um instrumento legal orientador para o seu ordenamento territorial. E, segundo esse dispositivo legal, a zona costeira é considerada como um patrimônio nacional, em função do seu papel fundamental na manutenção da qualidade dos ecossistemas, devendo a sua gestão compatibilizar a utilização sustentável dos recursos costeiros ao uso múltiplo do território.

Frente ao complexo contexto de gestão e, tendo em vista a importância da diversidade biológica local, na ocasião da delimitação do PECS, o critério adotado para tal considerou a existência de remanescentes dos ecossistemas típicos da zona costeira fluminense, fortemente pressionados, principalmente, pelo processo de desenvolvimento urbano na Região Turística da Costa do Sol e pela especulação imobiliária a ele associada. Cabe ressaltar, ainda, que diante desse panorama, um argumento para a sua criação envolveu a preocupação da gestão pública com os impactos do turismo, uma vez que a Região da Costa do Sol é reconhecida como uma das mais visitadas em território fluminense (RIO DE JANEIRO, 2010), principalmente no âmbito do denominado segmento de “Sol e Praia”, sendo marcada por dois principais movimentos turísticos: o sazonal, intensificado na temporada de verão, e o de massa, caracterizado por um elevado número de visitantes concentrado em um mesmo atrativo turístico.

Nesse contexto de elevada e crescente demanda turística regional, os atrativos associados às belezas cênicas e paisagísticas características da área focal da pesquisa vêm se tornando, progressivamente, alvos de investimentos dos setores turístico e imobiliário, o que afeta, significativamente, a dinâmica socioeconômica regional. Assim, parece ser possível afirmar que as tensões que envolvem a gestão do PECS, atualmente, decorrem do próprio processo de delimitação do seu território para a conservação da biodiversidade regional. Isso porque, não se pode desconsiderar que, embora a existência do Parque represente uma estratégia de salvaguarda da biodiversidade diante do avanço e da pressão turística e imobiliária, diversas áreas relevantes para fins de conservação não foram contempladas na demarcação dos limites da UC (CORRÉA;

FONTENELLE, 2012), possivelmente, em razão da pressão política de interesses de alguns grupos sociais locais.

Assim, o PECS foi criado, desde a origem, em uma conjuntura caracterizada por inúmeros conflitos com relação ao uso do território (CÔRREA; FONTENELLE, 2012; TEIXEIRA, 2017). De um lado, a mobilização de alguns grupos locais pela proteção da natureza, derivada, principalmente, das ações dos movimentos sociais e de pesquisadores das universidades públicas do entorno da área protegida. De outro, as pressões crescentes sobre a área protegida advindas de inúmeros interesses dirigidos à exploração comercial desses territórios por empresários que passaram a investir no local, em busca de lucro. A tensão originada na divergência de interesses entre os distintos grupos sociais na região é ainda mais evidente e complexa durante a estação de verão, quando o contingente populacional na região tende a triplicar (RIO DE JANEIRO, 2010).

Na época de “alta temporada”, na área de inserção do PECS, “o aumento sazonal da população causa reflexos em importantes setores, como saneamento, infraestrutura viária, transportes, segurança, saúde e no ambiente” (RIO DE JANEIRO, 2015, p.33). Nesse contexto, a escassez temporária dos serviços básicos tende a causar prejuízos para a população residente que, muitas das vezes, desloca-se dali durante o período de férias e feriados prolongados para outros municípios que não enfrentam o mesmo tipo de problema. É interessante mencionar ainda que, no entorno da UC, vivem populações tradicionais quilombolas, marisqueiras, pescadores artesanais e ex-salineiros que utilizam o território protegido para desenvolver as suas atividades cotidianas ligadas à própria subsistência (RIO DE JANEIRO, 2011), o que torna o contexto ainda mais problemático para a gestão do PECS.

Para incentivar o diálogo entre a esfera pública competente e os atores locais, nos espaços formais de participação social da gestão do PECS, são discutidos, com determinada frequência, diversos temas de interesse coletivo. Dentre esses espaços, o Conselho Consultivo, criado em 2012 e, a Câmara Temática de Uso Público, estabelecida formalmente por demanda dos próprios conselheiros, representam as instâncias principais. No caso do Conselho Consultivo, a representação dos órgãos públicos e da sociedade civil é paritária, conforme estabelecido no SNUC, sendo alguns de seus membros pesquisadores de universidades públicas, outros interlocutores da iniciativa privada e dos movimentos sociais da região, o que faz com que o processo de gestão seja também caracterizado por uma dinâmica recorrente de conflitos. No entanto, alguns grupos sociais são, ainda, alijados do processo, como é o caso de representações das populações tradicionais do entorno, essenciais para o aprimoramento e a avaliação das ações de gestão do território.

Considerando a importância do turismo na região em foco e, tendo em vista esse breve panorama, a seguir, se busca interpretar os principais desafios a serem enfrentados no contexto do uso turístico no PECS, com base na pesquisa realizada, por meio do arcabouço metodológico anteriormente descrito.

Uso turístico no PECS: interpretando desafios para a projeção de caminhos futuros

Para que se possa melhor contextualizar a análise proposta é importante que se mencione que o fluxo turístico intenso na Região da Costa do Sol antecede à própria criação do PECS, sendo esse motivado, historicamente, pela diversidade de fisionomias paisagísticas e de atrativos de interesse para o denominado turismo de “Sol e Praia”, na zona costeira fluminense.

Cabe enfatizar, no contexto pesquisado que, além de representar uma destinação turística histórica no Estado do Rio de Janeiro, a região estudada é caracterizada pela dinâmica de segundas residências, o que torna o entorno do PECS um polo de movimentação frequente dessa população flutuante, advinda, principalmente, da capital. Desse modo, grande parte dos turistas que visita o PECS sequer tem conhecimento de ser esta uma área protegida de proteção integral, associada à inúmeras restrições de uso do território.

Considerando o contexto descrito e, buscando contribuir, para a reflexão proposta, por meio de observação direta nas reuniões do Conselho Gestor, foram apreendidos, como resultado da pesquisa, os principais desafios referentes ao contexto do uso turístico no PECS. Para facilitar a compreensão dos dados obtidos, esses foram sistematizados em quinze temas focais, agregados em quatro eixos analíticos, conforme anteriormente descrito: a) Complexidade da Configuração Territorial da Área Protegida; b) Contexto Econômico Regional; c) Dinâmicas Sociais e Culturais na Área de Inserção do PECS; e d) Condições de Planejamento do Turismo e de Infraestrutura de Visitação no PECS. Os dados obtidos são apresentados, resumidamente, nos Quadros 1, 2, 3 e 4, a seguir.

O Quadro 1 busca sistematizar as informações obtidas na pesquisa com relação ao primeiro eixo analítico *Complexidade da Configuração Territorial da Área Protegida*. Considerando as informações apresentadas no Quadro 1 e, a partir da imersão nos dados obtidos, é possível perceber que a descontinuidade da área do PECS (distribuída em seis municípios e agrupada em quatro núcleos administrativos), embora exija um sistema de gestão inovador em nível regional (e, também, nacional), constitui um importante desafio a ser enfrentado pela própria equipe do Parque. Isso porque um aspecto fundamental do processo deve ser assegurar a integração entre as diferentes municipalidades e equipes envolvidas na gestão das unidades de conservação sobrepostas e, também, no que se refere ao delineamento de estratégias conjuntas de planejamento turístico, no plano regional.

Quadro 1: Matriz-síntese sobre os principais desafios referentes ao contexto do uso turístico no PECS com relação ao eixo analítico *Complexidade da Configuração Territorial da Área Protegida*.

Frame 1: Synthesis matrix on the main challenges related to the context of tourist use in the PECS in relation to the analytical axes *Complexity of the Territorial Configuration of the Protected Area*.

TEMAS DE ANÁLISE	CONTEXTO	IMPLICAÇÕES NO USO TURÍSTICO NO PECS
Descontinuidade territorial.	<p>Ausência de monitoramento em alguns fragmentos territoriais, devido à extensão e à distância entre os quatro núcleos do PECS (Atalaia-Dama Branca, Pau Brasil, Massambaba e Sapiatiba).</p> <p>Desconhecimento dos limites do Parque, bem como das normas de uso do território protegido, por parte significativa da população do entorno.</p>	<p>Determinados municípios são favorecidos em termos de ações ligadas ao planejamento turístico, em detrimento de outros.</p> <p>Baixa representatividade de populações tradicionais e moradores do entorno da área protegida, nos espaços formais dirigidos à participação social sobre a temática do uso público local.</p>
Multissetorialidade do Parque.	<p>Dificuldade de mobilização das diferentes esferas governamentais envolvidas, para a realização do planejamento integrado, por meio da cogestão.</p> <p>Diálogo ainda incipiente entre as seis prefeituras dos municípios inseridos no PECS.</p> <p>Lacuna de parcerias institucionais que culminam na escassez de recursos financeiros e humanos para gerir os quatro núcleos do Parque.</p>	<p>Parque extenso, com contradições normativas entre o <i>Sistema Nacional de Unidades de Conservação</i> (SNUC) e os Planos Diretores Municipais. Esses últimos dificultam, por vezes, o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis, considerado como um dos objetivos da categoria de manejo “parque”.</p>
Sobreposição de áreas protegidas.	<p>Dificuldade de articular as distintas esferas de gestão envolvidas, visando fortalecer os objetivos comuns de uso do território e discutir os que se apresentam como conflituosos.</p> <p>Diferentes obstáculos para o planejamento conjunto entre gestão da área protegida, prefeituras dos municípios envolvidos e população do entorno, em função dos conflitos sociais, historicamente, existentes na região.</p> <p>Objetivos diversos de criação das unidades de conservação envolvidas.</p>	<p>Ações de planejamento para o uso turístico não estão integradas e, em alguns casos, também não estão em concordância com os objetivos do Parque, haja vista a predominância de um turismo de massa na região.</p> <p>Desconhecimento das ações institucionais em curso, sendo comum a sobreposição de ações e a, duplicidade de investimentos em um mesmo serviço, por deficiência de comunicação entre os setores envolvidos.</p> <p>Dificuldade de compreensão das normas aplicadas ao território pelos moradores do entorno, principalmente, em decorrência do desconhecimento das restrições de uso no caso de um parque.</p>

Continua...

... continuação.

TEMAS DE ANÁLISE	CONTEXTO	IMPLICAÇÕES NO USO TURÍSTICO NO PECS
Localização do Parque na zona costeira fluminense.	Dificuldade de compatibilização dos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000; 2002) com os do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) (BRASIL, 1988).	Priorização de determinados objetivos considerados como emergenciais pela gestão. Dificuldade de ação institucional integrada para o ordenamento territorial. Necessidade de estabelecimento de capacidade de carga de veículos motorizados em algumas áreas da zona costeira, com a finalidade de minimizar a pressão sobre a biodiversidade local. Necessidade de estabelecimento de horários para o uso de algumas praias inseridas na área do PECS, visando o monitoramento e controle.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Source: Elaborated by the authors (2020).

Além disso, a configuração da área protegida em 43 fragmentos dificulta a compreensão de sua dinâmica socioambiental, no contexto da gestão. Esse cenário tende a gerar ainda problemas com relação ao entendimento sobre os próprios limites do Parque, com consequências evidentes nos caminhos adotados para o uso turístico em seus limites. Também por essa razão, a população do entorno tende a desconhecer as normas de restrição de uso do território nos limites do parque. Assim, um passo essencial para ampliar o diálogo com os moradores e os turistas locais pode ser o desenvolvimento de estratégias de comunicação e sensibilização mais eficientes com esse objetivo, o que poderia minimizar a ocorrência de inúmeras infrações¹⁰ durante o processo de visitação, como tem sido frequentemente observado no local.

Cabe considerar, também, que por ser essa uma área protegida multissetorial, a dinâmica de gestão do PECS implica em um processo de cooperação permanente entre os atores envolvidos e, consequentemente, um esforço de cogestão com os diversos municípios envolvidos. Isso pressupõe a necessidade de articulação entre as diferentes esferas da gestão pública, e entre as diversas instâncias governamentais e não governamentais envolvidas na gestão do território. Todavia, a relação da gestão do PECS com as diferentes prefeituras não ocorre da mesma maneira, o que gera, inevitavelmente, alguns privilégios, direcionados às localidades nas quais os interlocutores da esfera pública são mais receptivos à integração com a equipe gestora do Parque. Contudo, a colaboração de todas as prefeituras envolvidas no processo tende a ser imprescindível para o uso turístico nos limites da área protegida e para a internalização do seu significado, em nível regional.

Outra questão desafiadora para o aprimoramento do processo de uso turístico no PECS se refere à sobreposição do Parque a diversas outras categorias de manejo de UCs que precederam a sua criação. Isso significa

dizer que há divergências recorrentes no processo de gestão das UCs sobrepostas, inclusive, em termos dos próprios objetivos de conservação, no que se refere às condições distintas das categorias de manejo de proteção integral e de uso sustentável. Assim, o planejamento integrado¹¹ da gestão entre as diferentes áreas naturais protegidas envolvidas parece representar um desafio central a ser enfrentado pela equipe do PECS para que o seu uso turístico não comprometa as especificidades associadas à categoria de manejo “parque”, no que tange aos pressupostos de proteção integral.

Com relação ao segundo eixo de análise, referente ao *Contexto Econômico Regional*, o Quadro 2, a seguir, busca sintetizar os resultados obtidos na pesquisa.

Quadro 2: Matriz-síntese sobre os principais desafios referentes ao contexto do uso turístico no PECS com relação ao *Contexto Econômico Regional*.

Frame 2: Synthesis matrix on the main challenges related to the context of tourist use in the PECS in relation to the *Regional Economic Context*.

TEMAS DE ANÁLISE	CONTEXTO	IMPLICAÇÕES NO USO TURÍSTICO NO PECS
Processos de ocupação e de urbanização crescentes e desordenados na região de entorno.	Ocupação territorial concentrada em algumas áreas litorâneas, situação típica dos municípios que integram a zona costeira. Região com uma das maiores taxas de crescimento demográfico do Estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2018). Inúmeras construções ilegais na área do entorno do Parque, sobretudo, para oferta de aluguel em altas temporadas. Aumento no índice de criminalidade nos seis municípios com áreas no PECS, tornando-se, o mesmo, inclusive, rota de fuga de grupos criminosos ¹² .	Pressão crescente sobre o ecossistema local. Aumento da pressão dos membros do Conselho Consultivo sobre a equipe de gestão, visando à remoção de construções ilegais na área do PECS. Exposição da equipe gestora a inúmeras situações de risco, o que restringe o seu campo de ação. Aluguel de construções ilegais para os turistas, durante a alta temporada de visita na região. Processo de gentrificação urbana que pressiona as populações locais a se retirarem de seus territórios tradicionais, a partir da valorização econômica de áreas residenciais próximas às praias.
Expansão e pressão do setor imobiliário.	Expansão desordenada dos empreendimentos turísticos e imobiliários, pressionando os ecossistemas vulneráveis locais, principalmente as restingas. Concentração de inúmeras construções em locais de grande beleza cênica, com vista para o mar, estimulada pela tendência das residências de veraneio na região.	Conflitos de interesses entre a gestão do PECS, os movimentos sociais locais e os empresários dos setores turístico e imobiliário. Proposta de retirada de determinadas áreas do PECS, sobrevalorizadas, para a construção de empreendimentos dirigidos ao fomento do turismo na região.

Continua...

... continuação.

TEMAS DE ANÁLISE	CONTEXTO	IMPLICAÇÕES NO USO TURÍSTICO NO PECS
Empreendimentos turísticos nas áreas do Parque e adjacências.	A instalação de redes hoteleiras e <i>resorts</i> próximos às praias mais valorizadas e que integram a área do PECS.	Degradação dos atrativos naturais do Parque, em decorrência do intenso fluxo turístico, principalmente, nas altas temporadas de verão. Embates entre a gestão do PECS e os empreendedores turísticos da região, cujos serviços prestados estão em desacordo com os objetivos de proteção da biodiversidade local.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Source: Elaborated by the authors (2020).

Uma questão central vinculada às normas de gestão do território, explicitada pela leitura do segundo eixo analítico, decorre do processo desordenado de ocupação e de urbanização na região. Os municípios na área de inserção do PECS apresentam elevados índices de crescimento demográfico no Estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2018)¹³, em razão, dentre outros fatores, da condição de violência e insegurança na capital, que têm motivado importantes fluxos migratórios da população da cidade do Rio de Janeiro para a região. Nesse sentido, têm-se presenciado também, inúmeras iniciativas de ocupação ilegal e/ou invasões territoriais dos espaços públicos, cada vez mais frequentes nas áreas de inserção do Parque, inclusive, por meio de construções ilegais direcionadas às atividades de aluguel em alta temporada, consideradas como altamente lucrativas na região. Por serem ilegais, a desapropriação e a demolição dessas construções têm sido consideradas como prioridades no cotidiano da gestão, em detrimento de atividades dirigidas ao aprimoramento do processo de sensibilização turística.

Além da questão do crescimento populacional regional como vetor de pressão sobre as áreas naturais preservadas, não se pode desconsiderar que, as próprias vias de acesso ao PECS constituem um real problema para o ordenamento da dinâmica de uso turístico nessa área protegida. Isso porque as áreas do Parque podem ser acessadas por diferentes rodovias e, essas, tendem a se tornar rotas alternativas, também, para grupos ligados à criminalidade, que buscam refúgio no local. Esse quadro de tensões no plano regional tem demandado, portanto, inúmeras ações de monitoramento e controle da gestão do PECS que, como estratégia para enfrentar esse problema, vem estabelecendo restrições com relação aos horários de acesso aos principais atrativos naturais da unidade de conservação.

Todavia, essa limitação de grade de horários para a visitação tende a gerar inúmeros conflitos entre a gestão do Parque e as populações tradicionais da região, uma vez que no entorno do PECS vivem, também, populações quilombolas, marisqueiras, pescadores e ex-salineiros que, historicamente, utilizam algumas das áreas da unidade de conservação para desenvolver as suas atividades cotidianas, dentre as quais, a coleta de mariscos e a pesca artesanal. Nesse sentido, o aprimoramento do diálogo com esses grupos sociais e o incentivo à sua participação nos espaços institucionais de debate no PECS (nos quais, em geral, ainda não se sentem satisfatoriamente representados) constituem certamente passos fundamentais para o planejamento do uso turístico, no futuro.

No tocante ao terceiro eixo de análise, referente às *Dinâmicas Sociais e Culturais na Área de Inserção do PECS*, o Quadro 3 a seguir, busca sintetizar os resultados obtidos na pesquisa.

Quadro 3: Matriz-síntese sobre os principais desafios referentes ao contexto do uso turístico no PECS com relação às *Dinâmicas Sociais e Culturais na Área de Inserção do PECS*.

Frame 3: Synthesis matrix on the main challenges related to the context of tourist use in the PECS in relation to the *Social and Cultural Dynamics in the PECS Insertion Area*.

TEMAS DE ANÁLISE	CONTEXTO	IMPLICAÇÕES NO USO TURÍSTICO NO PECS
Turismo de massa, sazonal e baseado em atrativos na modalidade de “Sol e Praia”.	<p>O PECS constitui um dos parques estaduais que mais recebe turistas no Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2018).</p> <p>Fluxo turístico mais intenso do que a região tem capacidade de receber, principalmente, nas altas temporadas (férias de verão e feriados).</p> <p>Desenvolvimento precário dos atrativos não diretamente vinculados ao turismo de “Sol e Praia”, como aqueles de valor histórico-cultural.</p> <p>Concentração do fluxo turístico em algumas épocas do ano e em determinados fragmentos territoriais do parque, culminando em fortes demandas para a gestão da área protegida nesses períodos e locais, em termos de fiscalização e ações de controle.</p>	<p>Dificuldade de ordenamento do uso público e de planejamento de ações que visem à sensibilização ambiental.</p> <p>Impossibilidade de controle dos visitantes e de suas práticas no PECS.</p> <p>Depredação do patrimônio natural e cultural.</p> <p>Pressão da dinâmica do turismo sazonal sobre o cotidiano da equipe de gestão do PECS.</p>
Existência de populações tradicionais no entorno do Parque.	<p>Populações quilombolas, marisqueiras, pescadores artesanais e ex-salineiros se sustentam com base nos recursos naturais das áreas de inserção ou entorno do Parque, mas há limitado ou nenhum diálogo entre esses grupos e a equipe gestora.</p> <p>Algumas populações tradicionais não participam dos espaços formais de participação social do Parque (Conselho Consultivo e Câmara Temática de Uso Público).</p>	<p>Limitada ou ausência de representatividade das populações tradicionais nos processos de tomada de decisão no PECS.</p> <p>Conflito entre os interesses de algumas das populações tradicionais e o uso turístico na área protegida.</p> <p>Conflito entre o ordenamento do uso público nas praias e a dinâmica das atividades tradicionais desses grupos sociais.</p> <p>Aumento da oferta de serviços vinculados ao turismo marítimo, por famílias de pescadores artesanais do entorno do Parque que antes viviam somente da pesca.</p>

Continua...

... *continuação.*

TEMAS DE ANÁLISE	CONTEXTO	IMPLICAÇÕES NO USO TURÍSTICO NO PECS
Pressões políticas dirigidas a conter e/ou minimizar as práticas de conservação da biodiversidade na área de inserção do PECS.	Ações para o encaminhamento de proposta política para a desafetação de áreas do Parque, excluindo assim de seus limites, territórios que são de interesse econômico para a especulação imobiliária, sem apresentação de justificativa coerente com a realidade local.	Embates frequentes entre os movimentos sociais locais e os empresários do setor imobiliário e turístico que visam investir na região. Questionamentos frequentes e descrédito, por parte dos representantes do Conselho Consultivo, sobre os critérios utilizados para a delimitação do território que compõe a unidade de conservação.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Source: Elaborated by the authors (2020).

Um tema recorrente na pauta de discussões sobre o ordenamento do uso público no âmbito da gestão do PECS, de acordo com o Quadro 3, refere-se aos problemas derivados do turismo de massa, principalmente, com relação ao segmento de “Sol e Praia” que se desenvolve na região há vários anos. Isso porque, sazonalmente, o PECS atrai um número elevado de visitantes, em geral bem maior do que a infraestrutura local tem a capacidade de absorver. Isso tende a favorecer o congestionamento viário, além do aumento dos preços dos produtos e serviços, entre outros problemas que geram desconforto à população local e também, aos turistas durante a sua experiência na região.

Além disso, o fluxo turístico crescente à região de inserção do PECS tende a incentivar a expansão da oferta de serviços relacionados aos setores turístico e imobiliário que, por sua vez, utilizam as belezas cênicas e paisagísticas locais para valorizar os seus empreendimentos. Dessa forma, as construções nas áreas de restinga, de manguezal e de praia são usuais e, frequentemente, estão em conflito com os próprios objetivos de criação do PECS, o que leva muitos grupos locais engajados na conservação da biodiversidade a rejeitarem os turistas na região.

Para atender aos interesses do mercado, não se pode deixar de mencionar as inúmeras ações de cunho político dirigidas a fragilizar as práticas de conservação da biodiversidade na área de inserção do PECS, em contraposição aos diversos avanços que vêm sendo alcançados, desde 2011, com esse objetivo, a partir da criação da própria unidade de conservação na região.

Nessa direção, em 2017, uma proposta delineada por atores sociais com forte influência política local objetivou a desafetação de áreas do Parque, dele se sugerindo excluir alguns setores, de interesse específico do segmento imobiliário, sem que sequer fosse apresentada qualquer justificativa coerente com a realidade da dinâmica local. E esse constitui um dos principais embates e riscos atuais no contexto da gestão do PECS, em função do forte acirramento de tensões entre os distintos movimentos e interesses sociais representados no Conselho Consultivo e aqueles expressos por representantes da iniciativa privada, principalmente, do setor

imobiliário. Soma-se a esse quadro de tensões, as incertezas políticas que permeiam as prioridades da ação governamental, na atualidade.

Os inúmeros conflitos entre os atores sociais envolvidos na dinâmica de gestão do PECS dificultam, assim, o equacionamento de muitas das questões abordadas e afetam, também, as condições para o planejamento do turismo. Nesse contexto, se insere a própria infraestrutura para a visitação do Parque, um dos eixos analíticos da pesquisa derivados da imersão de campo, conforme sintetizado no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4: Matriz-síntese sobre os desafios referentes ao contexto do uso turístico no PECS com relação às *Condições de Planejamento do Turismo e da Infraestrutura de Visitação no PECS*.

Frame 4: Synthesis matrix on the main challenges related to the context of tourist use in the PECS in relation to the *Conditions of Planning of the Tourism and the Infrastructure of Visitation in the PECS*.

TEMAS DE ANÁLISE	CONTEXTO	IMPLICAÇÕES NO USO TURÍSTICO NO PECS
Oferta de serviços irregulares em apoio à visitação.	<p>Oferta muitas das vezes informal, desordenada e amadora de serviços turísticos, principalmente, no segmento de "Sol e Praia".</p> <p>Ofertas desordenadas e crescentes ligadas ao turismo receptivo na região, dificultando o monitoramento e a fiscalização das condutas socioambientais relacionadas aos serviços oferecidos.</p>	<p>Dificuldade de obtenção de dados precisos sobre a demanda e a oferta de serviços turísticos na região.</p> <p>Qualidade duvidosa dos serviços ligados ao uso turístico no PECS, com a proposta de experiências que, em geral, permitem apenas o contato superficial com a cultura e a natureza protegida local.</p>
Elaboração apenas recente do <i>Plano de Manejo</i> .	<p>O prazo para a elaboração do Plano de Manejo foi excedido pela legislação vigente diversas vezes, visto que o contrato com a concessionária que se responsabilizou pela sua elaboração foi interrompido por varias razões, sendo este publicado somente em 2019, após oito anos de existência do Parque.</p>	<p>O Parque foi gerido, durante oito anos, com a lacuna de diretrizes que pudessem fundamentar as ações dirigidas ao uso público local.</p> <p>Quase inexistência de documentos da gestão complementares ao Plano de Manejo, com objetivo específico de discutir o uso turístico no PECS.</p>
Desrespeito às normas do Parque.	<p>Desconhecimento da existência do PECS por grande parte dos moradores, bem como dos turistas.</p> <p>Resistência em modificar os padrões de uso do território estabelecidos anteriormente à criação do Parque, como a entrada de animais domésticos e a realização de rituais religiosos, envolvendo utensílios diversos e alimentos.</p> <p>Problemas recorrentes para a fiscalização ambiental, como pichações nos atrativos naturais, disposição inadequada de resíduos e estacionamento de veículos em locais proibidos próximos às áreas de restinga.</p>	<p>Dificuldade de controle do comportamento dos visitantes e de desenvolvimento de ações que visem à sensibilização ambiental.</p> <p>Conflitos frequentes entre moradores do entorno e turistas na região.</p> <p>Resistência da sociedade local à existência e à conservação do Parque.</p>

Continua...

... *continuação.*

TEMAS DE ANÁLISE	CONTEXTO	IMPLICAÇÕES NO USO TURÍSTICO NO PECS
Escassez de recursos humanos.	Parque com área extensa e fragmentada, porém com corpo de funcionários reduzido para atender às demandas de planejamento, monitoramento e fiscalização do uso público.	Impossibilidade de atendimento a todas as demandas que a gestão do PECS envolve, com a eficácia necessária. Priorização de ações consideradas como emergenciais no âmbito da gestão. Dentre essas, combate às queimadas e fiscalização de construções ilegais que representam riscos diretos à conservação da biodiversidade. O planejamento e o ordenamento do uso turístico no PECS se tornam objetivos secundários de gestão.
Escassez de recursos financeiros.	Reduzidos recursos financeiros para o desenvolvimento e a manutenção de infraestrutura de acolhimento e apoio aos visitantes. Implementação de ação judicial, que em 2017, proibiu o repasse de verbas provenientes de compensação ambiental para o PECS, devido à denúncia de ilegalidade na aplicação dos recursos.	Instabilidade financeira para assegurar investimentos em programas de uso turístico local. Falta de equipamentos necessários tanto para o desenvolvimento do uso público no Parque, como para o manejo de trilhas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Source: Elaborated by the authors (2020).

Um agravante no contexto do uso turístico no PECS, retratado na matriz anterior, foi a inexistência do Plano de Manejo durante oito anos, desde a criação do parque, uma vez que a sua publicação só ocorreu em 2019. Esse processo foi interrompido, em diversas ocasiões, em decorrência do prazo excedido para a elaboração desse instrumento de manejo pelo consórcio¹⁴ contratado com esse objetivo.

Desse modo, o contrato com a empresa responsável foi finalizado pelo órgão gestor do Parque e, a elaboração do Plano de Manejo passou a estar a cargo dos próprios funcionários do Instituto Estadual do Ambiente, com o auxílio dos membros do Conselho Consultivo que, juntos, criaram um Grupo de Trabalho para discutir o tema, também com o apoio do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro¹⁵ que, por sua vez, aceitou realizar as pesquisas necessárias para a obtenção de dados atualizados sobre a localidade. Contudo, tendo em vista as inúmeras demandas cotidianas relacionadas à gestão do PECS, o documento só foi publicado em 2019. Assim, a inexistência de Plano de Manejo, documento essencial para orientar o uso turístico na área protegida, durante oito anos, desde a criação do Parque, representou uma lacuna do processo que dificultou, claramente, as ações de gestão com esse direcionamento.

Além disso, a escassez de recursos financeiros e humanos vem sendo reiteradamente mencionada como um problema que dificulta o manejo e a fiscalização dos diferentes ambientes do PECS. Esse panorama tem evidentemente efeitos diretos no planejamento do uso turístico da área protegida, uma vez que tal condição prejudica tanto o processo de implantação de infraestrutura adequada para a recepção dos visitantes como a manutenção dos próprios atrativos turísticos.

Isso ocorre, principalmente, devido à restrição do corpo de funcionários do PECS, responsável pelo monitoramento de aproximadamente 10.000 hectares de extensão territorial. Sobre esse aspecto, é importante enfatizar, ainda, que no início dessa pesquisa 28 guarda-parques trabalhavam em diferentes pontos de visitação do PECS. Entretanto, no decorrer da observação em campo, esse grupo foi reduzido para, aproximadamente, metade do contingente inicial, devido aos cortes de orçamento realizados pelo governo estadual. Assim, para além dos desafios legais, aqueles de ordem financeira e administrativa são também impactantes para a gestão do território do Parque e, por consequência, para a dinâmica de uso turístico em seus limites.

Nesse caso, a garantia de recursos financeiros para o cotidiano do processo constitui uma demanda central da equipe de gestão, uma vez que o PECS foi o único parque do Estado do Rio de Janeiro a deixar de receber repasses provenientes da arrecadação de compensação ambiental¹⁶. Essa situação decorreu de uma ação judicial que paralisou a transferência de verbas para a UC, enquanto esteve em andamento uma investigação sobre o processo de utilização desses recursos, motivada por uma denúncia de ilegalidade na sua aplicação. A falta de recursos financeiros por um longo período, como mencionado, fez com que grande parte das ações dirigidas ao uso turístico não tivesse continuidade.

Por todas as razões discutidas e, como previamente observado na leitura das matrizes anteriores, pode-se afirmar que o uso turístico no PECS é ainda planejado de forma incipiente. Ainda assim, os resultados obtidos na pesquisa, embora de caráter exploratório, possibilitaram a interpretação de alguns dos principais desafios a serem enfrentados para que essa prática seja realizada, em bases sustentáveis, nos limites desse Parque emblemático para o turismo na zona costeira fluminense. Desse modo, parece evidente que um longo processo de aprimoramento da gestão deverá ainda ser construído, para que o uso turístico nos seus limites seja desenvolvido de modo ético-politicamente engajado na articulação com o entorno, no futuro, tendo em vista que inúmeras potencialidades para tal são vislumbradas nesse contexto.

Considerações finais

Com base no panorama apresentado, na presente pesquisa se buscou identificar os principais desafios relacionados ao uso turístico no Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), situado na zona costeira do Estado do Rio de Janeiro, uma das regiões fluminenses mais visitadas e, ao mesmo tempo, mais suscetíveis a inúmeras pressões, no que se refere aos esforços de conservação da natureza em seus limites.

Algumas das questões emblemáticas que se expressam nos embates e tensões recorrentes na dinâmica de funcionamento do Conselho Consultivo e da Câmara Temática de Uso Público do PECS foram identificadas, principalmente a partir de inserção no campo, por meio de observação direta nesses espaços participativos formalmente instituídos, o que foi fundamental para a apreensão dos principais desafios referentes ao uso turístico nessa área protegida. Esses se traduzem em quinze temas centrais, agrupados em quatro eixos analíticos, envolvendo a temática em foco, como anteriormente discutido e analisado.

A partir da imersão nos dados da pesquisa, obtidos por meio do percurso metodológico anteriormente descrito, uma primeira consideração com relação à questão formulada neste artigo, envolve o contexto de descontinuidade territorial associada à área protegida, e de sobreposição de unidades de conservação de distintas categorias de manejo, o que representa um dos principais problemas a serem enfrentados pela gestão do PECS também no que se refere ao seu uso turístico. Essa condição exigirá um esforço de gestão integrada entre as diversas instâncias governamentais e não governamentais regionais envolvidas, no sentido do equacionamento de alguns dos conflitos identificados e para a implementação de ações estratégicas, articuladas regionalmente.

Um outro ponto a se considerar, nessa análise, se refere ao desenvolvimento do turismo de maneira ainda desordenada, na região, o que tem consequências evidentes no próprio uso turístico no parque. Nesse contexto, é importante mencionar que, como não há uma estratégia de planejamento definida para o turismo na região e, o parque é entendido apenas como um atrativo difuso no plano regional, frequentemente, os turistas e visitantes que o procuram sequer entendem o seu significado ou os seus limites. Sendo assim, estratégias de comunicação e sensibilização dirigidas à população local e aos turistas sobre o parque são também essenciais como condição ao seu uso turístico, em bases sustentáveis.

Além disso, são restritos os recursos humanos disponíveis para o manejo dos diferentes núcleos do parque e tem sido incerto o repasse de recursos financeiros para os investimentos necessários em manutenção da infraestrutura turística da unidade de conservação, o que dificulta, evidentemente, a implementação do processo de visitação no PECS. Um fator agravante, nesse sentido, foi a inexistência, durante oito anos desde a criação da área protegida, de um Plano de Manejo, essencial para orientar as ações de planejamento e gestão, e favorecer a definição de estratégias relacionadas ao uso público local.

Tendo em vista o panorama regional traduzido pela pesquisa, parece possível também afirmar que o planejamento da dinâmica de uso turístico não constitui, ainda, um tema prioritário no contexto de gestão do PECS. Alguns elementos centrais de análise colaboram para essa afirmação, dentre os quais, a limitação de tempo e de recursos para ações integradas com esse objetivo e para a fiscalização do uso turístico no Parque Estadual da Costa do Sol. Essas limitações constituem também riscos diretos aos próprios objetivos de conservação da biodiversidade que inspiram a definição das prioridades de gestão dessa UC fluminense.

Para que seja possível minimizar alguns desses problemas mencionados, seria importante reconhecer que essa é uma área protegida emblemática no Estado do Rio de Janeiro que agrega, para além dos atrativos de “Sol e Praia”, já amplamente visitados, um importante patrimônio de significado histórico, cultural e arqueológico, preservado pelas populações tradicionais do entorno, mas ainda não oficialmente considerado como prioritário nos circuitos de “Sol e Praia” que caracterizam o turismo regional. Nessa direção, cabe mencionar um importante movimento que vem ocorrendo, regionalmente, para fortalecer a organização de circuitos turísticos étnico-culturais e de base comunitária associados às áreas do PECS, partindo das próprias populações tradicionais, como forma de resistência comunitária à apropriação da natureza pelo mercado. Assim, o turismo em bases sustentáveis parece ser compreendido, localmente por alguns segmentos sociais, como uma alternativa no processo de resgate da própria história e fortalecimento cultural, frente aos desafios impostos pelo *modus operandi* capitalista e neoliberal que avança no território.

Nesse caso, para que o uso turístico do PECS possa avançar, em bases sustentáveis, seria também essencial que a equipe de gestão reconhecesse o potencial da UC como um núcleo estratégico para a construção de um circuito integrado regional de natureza e cultura, o que poderia atrair um novo perfil de turistas, mais conectado com a condição socioambiental dos municípios envolvidos e mais sintonizado com o compromisso de conservação da biodiversidade regional.

Referências

- ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, 2016. 226 p.
- BOTELHO, E. S.; MACIEL, G. G.; GONÇALVES, R. S.; IRVING, M. A. Reflexões sobre educação ambiental e turismo em parques nacionais brasileiros. In: IRVING, M. A.; RODRIGUES C. G. O.; RABINOVICI, A.; COSTA, H. A. (Org.) **Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social**: Diálogos entre saberes e fazer. Folio Digital, 2015.
- BRASIL. Lei Nº 7661, de 16 de maio de 1988, **institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro**. Diário Oficial da União. Brasília, 18 de maio de 1988. Seção 1, p. 8633. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7661.htm> Acesso em: 11 de abr. 2021.
- BRASIL. Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000, **dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm> Acesso em: 11 de abr. 2021.
- BRASIL. Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, **regulamenta os artigos da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000** que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm> Acesso em: 11 de abr. 2021.

CAMARGO, F. C.; COELHO, S. C. A. Aspectos da educação e da interpretação ambiental no Ecoturismo no Brasil. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.14, n.2, p. 74-83, jan/abr, 2021.

CHAGAS, R. R. D. O potencial dos espaços públicos de Aracaju (SE) como locais de desenvolvimento de práticas em Ecologia: sugestões e aplicação. **Monografia de Conclusão de Curso**. Departamento de Biologia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2005.

CORRÊA, W. B.; FONTENELLE, T. H. O Parque Estadual da Costa do Sol: contextualização e críticas ao processo de instituição. **Revista Geonorte**, Edição Especial, v. 3, nº4, p.1150-1160, 2012.

COSTA, G. B. Participation et dialogue dans la gestion environnementale au Brésil: le cas du Monument Naturel des Monts du Pain de Sucre et d'Urca à Rio de Janeiro. **Tese** (Doutorado em Psicologia). Université de Caen - Normandie, 2015.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP/Hucitec, 2008.

GUDYNAS, E. **Direitos da Natureza**: Ética biocêntrica e políticas ambientais. Tradução de Igor Ojeda. 1ª Ed. São Paulo: Editora Elefante. 2019. 340p.

IRVING, M. A. Áreas Protegidas e Inclusão Social: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil? **Revista Sinais Sociais**. v. 4, n. 12, p. 122-147, 2010.

IRVING, M. A.; CORRÊA, F. V.; ZARATTINI, A. C.; CONTI, B. R. Parques Nacionais do Rio de Janeiro: paradoxos, contexto e desafios para a gestão social da biodiversidade. *In: IRVING, M. A.; CORRÊA, F. V.; ZARATTINI, A. C. **Parques Nacionais do Rio de Janeiro***. Rio de Janeiro: Folio Digital. 2013. 280p.

IRVING, M. A. Governança democrática e gestão participativa de áreas protegidas: um caminho sem volta para a conservação da biodiversidade no caso brasileiro. *In: BENSUSAN, N; PRATES, A. P. (Orgs.) **A diversidade cabe na unidade?** Áreas protegidas no Brasil*. Brasília: IEB, p. 167-182. 2014.

IRVING, M. A. Áreas protegidas, inclusão, pertencimento e políticas públicas: Construindo uma nova ética para a conservação da biodiversidade no Brasil. *In: PHILipi JR., A.; SAMPAIO, C. A. C.; FLORIT, L. **Ética socioambiental***. 2018. ISBN: 9788520451380.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2019. 85p.

LA ROVERE, R. L.; IRVING, M. A.; LIMA, M. A. G. Turismo e sustentabilidade: contexto, obstáculos e potencialidades no Estado do Rio de Janeiro. *In: OSORIO, M.; MELO, L. M. de; VERSIANI, M. H.; WERNECK, M. L. (Org.). **Uma Agenda para o Rio de Janeiro***: estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico. 1 Ed. Rio de Janeiro: FGV, v. 1, p. 197-227, 2015.

LATOUR, B. **Imaginar gestos possíveis que barrem o retorno da produção pré-crise.** N-1 Edições. 2020. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/008-1>> Acesso em: 11 de abr. 2021

LEFF, H. **Racionalidade Ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 556p.

MAGRO, T. C. **Impactos do uso público em uma trilha no planalto do Parque Nacional do Itatiaia.** Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental), Escola de Engenharia, Universidade de São Carlos, São Carlos, 1999. 135f.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade.** Vol. IX, nº 1. 2006.

MELO, G. M. de. **A leitura de gestão dos parques nacionais sob a ótica das populações locais:** o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. 200p.

MENDONÇA, R. **Atividades em áreas naturais.** Ecofuturo. 2ª Ed. São Paulo, 2017.

MORIN, E.; KERN, A. **Terra-Pátria.** Traduzido do francês por Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2003. 181p.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** Porto Alegre: Sulina, 2005. 120p.

MOSCOVICI, S. **Natureza:** para pensar a ecologia. Tradução de Maria Louise Trindade Conilh de Beyssac e Regina Mathieu. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. Coleção EICOS.

OFT, Observatório Fluminense de Turismo. **Regionalização Turística do Estado do Rio de Janeiro.** Fundação Ceperj. Rio de Janeiro, 2020. 55p.

OLIVEIRA, E.; IRVING, M. A.; PUNZO, L. F. Comunicação e a Convenção sobre Diversidade Biológica: uma leitura sobre o Parque Estadual da Ilha Grande (Rio de Janeiro, Brasil) e o Parque Natural da Maremma (Toscana, Itália). **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente.** vol. 46, p.61-83, ago, 2018.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre Diversidade Biológica - Preâmbulo.** 2002. Disponível em: <<https://brasil.un.org/>>. Acesso em 11 de abr. 2021.

PIMENTEL, D. S. Parcerias para a Gestão do uso público em parques. In: VALLEJO, L. R.; PIMENTEL, D. de S.; MONTEZUMA, R. de C. M. (Org.) **Revista Eletrônica Anais Uso público em unidades de conservação.** UFF, p. 21-29. Niterói, 2015.

PINHEIRO, B. R. A; SOARES, A. S.; AZEVEDO, F.F. A relação homem-natureza e a práxis do turismo: um (re)encontro para a preservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.3, n.2, p.331-340. 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do Meio Ambiente.** São Paulo: Editora Contexto. 1999. 152p. ISBN: 978-85-8513-440-2

PRATES, A. P.; IRVING, M. A. Conservação da biodiversidade e políticas públicas para as áreas protegidas no Brasil: Desafios e tendências da origem da CDB às Metas de Aichi. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 5, p. 27-57, 2015.

RAIMUNDO, S. **Em Busca da Sustentabilidade Perdida: Lazer e Turismo Diante das Desigualdades Socioambientais**. Editora Appris. 1ª Ed. 2019. 307p.

RIO DE JANEIRO. **Caderno de Turismo do Estado do Rio de Janeiro**: passaporte para o desenvolvimento do Estado. Rio de Janeiro: Fecomércio, 2010. ISBN: 978-85-62963-01-8. Disponível em: <<https://www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br/publicacoes-4/item/17-caderno-de-turismo-do-estado-de-rio-de-janeiro>> Acesso em: 11 de abr. 2021.

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual Nº 42.929 de 18 de abril de 2011, **cria o Parque Estadual da Costa do Sol e dá outras providências**. Disponível em:

<<http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mde4/-edisp/inea0018665.pdf>> Acesso em: 11 de abr. 2021.

RIO DE JANEIRO. **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro**. Metalivros, 2015.

RIO DE JANEIRO. **Inventário da Oferta Turística do Rio de Janeiro (Costa do Sol)**. Secretaria de Estado do Rio de Janeiro. 2018. 43p.

RIO DE JANEIRO. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Costa do Sol**. INEA - Instituto Estadual do Ambiente. Rio de Janeiro, 2019. 114p. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Plano-de-Manejo-PECS_-Versao-Final.pdf> Acesso em: 11 de abr. 2021.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. 1ª Ed. Coimbra: Editora Almedina. S.A. 2020. 32p.

SANTOS, B. de S.; MENESSES, M. P. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora. 2010. 637p.

SCARANO, F. R. **Regenerantes de Gaia**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Dantes Editora. 2019. 128p.

TACÓN, A; FIRMANI, C. **Manual de senderos y uso público**. CIPMA-FMAM, Valdívia, 2004, 24p.

TEIXEIRA, J. G. Turismo no Parque Estadual da Costa do Sol, RJ: Relações e conflitos entre atividade turística, unidade de conservação e população local. **Dissertação** (Mestrado em Turismo), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. 176p.

TISCHER, V.; POLETTE, M. Proposta metodológica de estabelecimento de indicadores socioambientais para a zona costeira brasileira. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. São Paulo, v.12, nº 2, p.355-373. 2016.

VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. **Revista Eletrônica Anais Uso Público em Unidades de Conservação**. 2013.

VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. In: VALLEJO, L. R.; PIMENTEL, D. de S.; MONTEZUMA, R. C. M. (Org). **Revista Eletrônica Anais Uso público em unidades de conservação**. UFF, p. 9-20. Niterói, 2015.

VAN TILBEURGH, V. V.; COSTA, G. B. Conflicts et organisation de l'espace public dans les processus décisionnaires en France et au Brésil: La négociation d'aires protégées. **Confins - Revue Franco-Brésilienne de Géographie**, Paris, v. 29, p. 1. 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso**. Planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 5^a Ed. Porto Alegre: Bookman. 2015. 290p.

Notas:

¹ A Covid-19 é uma doença causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2, cujo quadro clínico varia de infecções assintomáticas a problemas respiratórios graves (WHO, 2020). Disponível em: <<https://www.who.int/>> Acesso em: 18 de agosto de 2021.

² De acordo com a Política Nacional da Biodiversidade, esse termo pode ser compreendido como a pluralidade de formas de vida e de funções ecológicas encontradas na biosfera (BRASIL, 2002). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4339.htm> Acesso em: 18 de agosto de 2021.

³ Os serviços ecossistêmicos são considerados como benefícios naturais providos à sociedade, como produção de oxigênio atmosférico, formação e retenção de solos e ciclagem da água (BRASIL, 2017). Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/>> Acesso em: 18 de agosto de 2021.

⁴ Uma área protegida representa “uma área terrestre e/ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos” (IUCN, 1994, p.7). Disponível em: <<https://www.iucn.org/>> Acesso em: 18 de agosto de 2021.

⁵ Particularmente no Brasil, a terminologia de áreas protegidas é substituída, em casos específicos, pela denominação de unidades de conservação (UC) designadas como: “espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público” (BRASIL, 2000; 2002)

⁶ No mapeamento turístico realizado pelo Ministério do Turismo (2019-2021), a Região da Costa do Sol abrange treze municípios. Além dos seis municípios abrangidos pelo PECS, essa região contempla também os territórios de Carapebus, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Macaé, Maricá, Quissamã e Rio das Ostras. Disponível em: <<http://www.mapa.turismo.gov.br/>> Acesso em: 18 de agosto de 2021.

⁷ O Programa de Regionalização do Turismo foi previsto na ocasião da criação da Política Nacional de Turismo (Lei Nº 11.771/2008).

⁸ Tais núcleos são denominados Atalaia-Dama Branca, Pau Brasil, Massambaba e Sapiatiba.

⁹ As UCs de uso sustentável objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, permitindo a presença humana e o manejo de recursos, desde que sem comprometer a renovação dos processos ecológicos.

¹⁰ Dentre os impactos, as queimadas e o desmatamento são exemplos de agressões recorrentes à biodiversidade na região.

¹¹ Ainda que não seja objeto deste estudo, os autores consideram que este planejamento integrado também deve incluir outros documentos e normativas de gestão do território, como os Planos Diretores Municipais e os Planos Municipais da Mata Atlântica, que orientam o zoneamento de cada um dos municípios abrangidos pelo PECS.

¹² Isso ocorreu, principalmente, após a implantação do programa de Segurança Pública das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), na capital do Estado do Rio de Janeiro.

¹³ Esses dados podem ser verificados a partir da comparação entre a densidade demográfica registrada no último censo (2010) e a estimativa atual (2020) para esses municípios, quais sejam: Araruama 112.008 hab (2010) - 134.293 hab (2020); Armação dos Búzios 27.560 hab (2010) - 34.477 hab (2020); Arraial do Cabo 27.715 hab (2010) - 30.593 hab (2020); Cabo Frio 186.227 hab (2010) - 230.378 hab (2020); São Pedro da Aldeia 87.875 hab (2010) - 106.049 hab (2020); Saquarema 74.234 (2010) - 90.583 (2020). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 18 de agosto de 2021.

¹⁴ O Consórcio Costa do Sol foi contratado pelo Instituto Estadual do Ambiente para elaborar o Plano de Manejo do PECS.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.jbrj.gov.br/>> Acesso em: 18 de agosto de 2021.

¹⁶ Compensação ambiental são recursos arrecadados durante a implantação de empreendimentos que causam impactos ambientais. Quando tais impactos não podem ser minimizados, o Art. 36 da lei do SNUC (BRASIL, 2000; 2002) estabelece que a compensação deve ocorrer por meio da destinação de recursos para a manutenção ou criação de unidades de conservação da natureza.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que apoiou a realização da presente pesquisa por meio de bolsa de doutorado, ao CNPq pela Bolsa de Produtividade e à Faperj pela concessão de Bolsa de Pós-Doutorado a membro da equipe de pesquisadores.

Yasmin Xavier Guimarães Nasri: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: yasmin.nasri@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1557601362682295>

Marta de Azevedo Irving: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: mirving@mandic.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1912229324377473>

Elizabeth de Oliveira: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: elizabetholiverbr@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3464074902085170>

Guilherme Borges da Costa: Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: borges.guilherme@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4700156250413556>

Data de submissão: 11 de Abril de 2021

Data de recebimento de correções: 16 de maio de 2021

Data do aceite: 17 de maio de 2021

Avaliado anonimamente